

Políticas Públicas, Gênero e Trabalho

II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão temática: **Casa, gênero e trabalho**

Título do trabalho: **A Mulher na Universidade, no Trabalho e na Família**

Autor(es): Bacharelanda Geice Silva
Dr^a Belmira Magalhães

A Mulher na Universidade, no Trabalho e na Família¹

Geice Silva²

Belmira Magalhães³

Este é o resultado de mais um projeto do Núcleo e Estudos e Pesquisas sobre a Condição Feminina, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL). O projeto procura desvelar a situação da mulher/universitária no mercado de trabalho e explicitar as implicações que essa inserção acarreta para sua vida acadêmica/pessoal/familiar. Partimos do pressuposto teórico-metodológico que considera ser a reprodução dos seres humanos integrante de um sistema que inclui a produção e a reprodução da vida em geral, sendo uma condição da outra; perspectiva esta que mantém a centralidade do trabalho no do debate sobre as relações de gênero, mostrando a importância de entrelaçar ao determinante outras variáveis explicativas. O perfil sócio-econômico, profissional e acadêmico dessas mulheres/universitárias, mostra que, em sua maioria, as universitárias da UFAL são solteiras, pardas, católicas e tem idade entre 21 e 25 anos. Parcela significativa das acadêmicas enfrenta dupla jornada de trabalho. A participação dessas mulheres na universidade e no mercado de trabalho acompanha as desigualdades resultantes da relação dominante/dominado, que marcam profundamente as relações de gênero no capitalismo.

Palavras-chave: trabalho, gênero e universidade.

1. Instituição de Fomento: CNPq

2. Instituto de Ciências Sociais / UFAL

3. Prof^a Dr^a Instituto de Ciências Sociais / UFAL

Introdução

Reportamo-nos aqui a uma sociologia que privilegia o antagonismo para compreender a realidade, desvelando-a a partir de sua gênese histórica. A relação antagônica *capital X trabalho* engendra as contradições sociais das sociedades contemporâneas. Compreendemos que a abordagem de gênero, assim como de demais variáveis, não escapa a esta contradição fundamental.

As análises em relação à abordagem de gênero sofrem uma bifurcação no período pós-década de sessenta do século passado. O movimento feminista começa centrado na questão da desigualdade na esfera do trabalho, mas com as mudanças sociais ocorridas, principalmente com a derrocada do chamado “socialismo real”, a dificuldade de compreensão da realidade posta abre caminho para que abordagens plurimetodológicas ganhem e dominem as cenas das pesquisas nessa área a partir dos anos 90; a questão de classe sofre uma re-significação, perdendo o caráter determinante, dando lugar às proclamações de fim do trabalho e da história.

Desloca-se a ênfase na igualdade para a ênfase na diferença, de modo que as questões de classe, de gênero, de etnia etc ganham o mesmo valor para a análise, subsumindo-se a questão da dominação de classe às outras questões. “Passa-se da lógica do objeto para a lógica da subjetividade que conhece” (MAGALHÃES, 2005). O fato em si dá lugar à interpretação do fato como critério da verdade, ou seja, “o mundo real passa a ser apenas o mundo da linguagem, do discurso, das representações” (MAGALHÃES, 2005).

A questão de classe, no nosso entendimento, é questão fundante, pois posiciona homens e mulheres, de uma determinada forma, na produção, condicionando todas as outras relações. Assim, com a determinação que a categoria trabalho tem em Marx, Lukács, Hirata, Magalhães, procuramos situá-la no centro do debate de gênero, tentando simultaneamente, mostrar a importância de entrelaçar ao determinante outras variáveis explicativas.

Partimos de pressupostos teóricos e metodológicos, que consideram ser a reprodução dos seres humanos integrante de um sistema que inclui a produção e a reprodução da vida em geral, sendo uma condição da outra.

Compreendemos que a instauração da propriedade privada (apropriação particular dos meios de produção), inaugura na história a subordinação das mulheres aos homens. Ao constituir-se o modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem (aqui entendido como gênero humano), põe-se na história a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, que fundamentará a subordinação da reprodução à produção, combinada à divisão sexual do trabalho.

As sociedades de classe constituirão uma divisão sexual do trabalho que relegará as mulheres ao âmbito privado, controlando sua força de trabalho e sua sexualidade, para garantir filhos legítimos, “dignos do direito à herança”, e ao mesmo tempo, a produção e reprodução da força de trabalho. Produção e reprodução da força de trabalho significam: a produção de seres vivos aptos para o trabalho, e seres históricos aptos para determinado modo de produção (MAGALHÃES, 1997).

Destarte, às mulheres é atribuída a responsabilidade pelo âmbito da reprodução, como assinala Magalhães, em *Trabalho, Gênero e Educação* (2005):

“Para cada forma de produzir será necessária uma forma de reprodução. Na

verdade, a composição físico-biológica das mulheres facilita a decisão social de serem elas a parcela da população que deverá ter, como prioridade, a preocupação com a reprodução. Há uma necessidade econômico-social que não tem como objetivo primeiro afastar as mulheres do campo sóciopolítico, mas garantir um tipo de reprodução biológica.

Essas afirmações pretendem desautorizar as conclusões que se referem ao patriarcalismo como algo inerente à natureza sexual humana, isto é, como se o poder dos homens sobre as mulheres fosse inerente às relações entre eles. Ao mesmo tempo, mostra que há uma relação de naturalização de um aspecto social que, efetivamente, se baseia na diversidade biológica entre homens e mulheres. (...) a reprodução social se utilizará ideologicamente desta divisão, determinando que as tarefas necessárias à manutenção do sistema serão executadas em espaços diferenciados: a reprodução biológica e cotidiana será realizada pela família no espaço da casa, e a reprodução econômica e legal será feita no espaço da rua, nas fábricas e órgãos públicos da administração e de poder.” (MAGALHÃES, 2005)

Assim, a depender das relações de trabalho, constitui-se determinado tipo de família e as relações de gênero adequadas a cada realidade.

O Estado e a família associam-se como mecanismos de controle da força de trabalho da mulher, desenvolvendo o modo de reprodução social submetido à lógica da propriedade privada e à ideologia patriarcal, que excluirá a mulher do campo sócio-político.

De acordo com Magalhães, a família é “a única forma possível de buscar-se a base ontológica da exploração e dominação do sexo feminino em qualquer objetivação do modo de produção capitalista” (MAGALHÃES, 1997). É no núcleo familiar que se repassa inicialmente a ideologia dominante de determinado período histórico, nesse sentido, a mulher também exerce papel primordial, pois lhe é atribuído o papel específico de cuidar dos filhos, educá-los etc. Na estrutura familiar advinda do capitalismo, ocorre a reprodução social fundamentalmente necessária para o capital:

“É na cotidianidade da vida familiar que se processa a socialização da força de trabalho, apta em todos os níveis de seu existir (corpóreo, psicológico etc.) para exercer a plenitude de sua realização enquanto criadora de valor na produção capitalista.” (MAGALHÃES, 1997).

A especificidade do capitalismo situa-se nas formas de subordinação da reprodução à produção, que se dão na extensão das práticas de dominação de uma classe sobre todo o conjunto social, na imbricação e coerência das relações sociais entre classes e gêneros.

Essa extensão da produção capitalista e a intervenção estatal na reprodução contribuem para a acumulação de capital. Elas se mostram através da crescente exploração das mulheres inseridas no trabalho assalariado, e no conjunto das trabalhadoras domésticas, no agravamento da submissão das mulheres aos homens, além da total responsabilidade pelo âmbito da reprodução.

O controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher é exercido “diretamente pelo Estado e sua legislação sobre o casamento, a previdência social e

outros mecanismos, incluindo os aparatos ideológicos, como a escola, a igreja, a justiça, os meios de comunicação”, como assinalado por Toledo (2005).

A mulher é impedida de abandonar as tarefas domésticas, e mesmo que não as faça, é ela que deve garantir que sejam realizadas. Essa atividade segue sem custo adicional para o capital, garantindo a reprodução da força de trabalho e possibilitando uma exploração maior da mulher enquanto trabalhadora.

“Generaliza-se, então, a dupla jornada; a responsabilidade com os cuidados dos filhos não é repassada nem quando a família faz uso de creches e outros mecanismos, pois admitir que as tarefas de reprodução cotidiana não são eminentemente femininas seria considerá-las desvinculadas da natureza da mulher, o que proporcionaria um rompimento com a construção simbólica que, desde a Antigüidade, afirma ser as funções do útero e da amamentação os únicos determinantes do lugar social feminino. Paralelamente, essa aceitação significaria a necessidade de viabilizar o trabalho doméstico e de computá-lo como horas gastas na manutenção da reprodução do sistema, o que acarretaria grandes perdas para a lógica do capital.” (MAGALHÃES, 2005)

Com tais pressupostos teórico-metodológicos nos propomos a desvelar a situação da mulher-universitária no mercado de trabalho e as implicações que essa inserção acarreta para sua vida acadêmica/pessoal/familiar, através da investigação do papel da universitária da UFAL, das suas dificuldades enquanto trabalhadoras-estudantes e enquanto mães-trabalhadoras-estudantes. Para tanto, relacionamos o tipo de atividade profissional com a atividade doméstica e o desempenho acadêmico, do ponto de vista da perda/trancamento de disciplinas. Avaliamos as relações de gênero na família e a qualidade de vida da estudante, e buscamos perceber, através dos discursos das mulheres, discriminações sofridas enquanto estudantes e/ou trabalhadoras.

Metodologia

Utilizamos uma metodologia que alia métodos quantitativos a qualitativos. Coletamos os dados através da aplicação de questionário, o qual contém 72 perguntas. Aplicamos 622 questionários, representando 10% da população feminina do ano letivo de 2005, de todos os cursos, turnos e anos das Ciências Exatas e Tecnológicas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas da UFAL. Fizemos o cruzamento da variável *trabalho* com variáveis que permitiram desvelar a situação dessas mulheres-universitárias no mercado de trabalho e sua relação com o desempenho acadêmico e vida pessoal/familiar.

Resultados e Discussão

Entre 1985 e 1995 a força de trabalho feminina cresceu cerca de 12 milhões no Brasil, uma ampliação de 63% da sua participação, segundo pesquisa de Bruchini (2000). Isso representa uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde a década de 1970. O contingente feminino é composto em sua maioria por mulheres mais velhas e casadas, entretanto, junto às novas responsabilidades ainda têm de arcar com as responsabilidades ligadas à família como um todo.

Isto foi impulsionado grandemente por transformações demográficas, culturais e sociais que afetaram as mulheres, causando modificações no perfil da força de trabalho feminina. Tais modificações foram viabilizadas pelo impacto do movimento feminista da década de 70, que proporcionou a atuação da mulher nos espaços públicos.

“A intensa queda de fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho” (BRUCHINI, 2000).

Entretanto, existem dificuldades que impedem que as mulheres se dediquem ao trabalho ou, freqüentemente, causam algum transtorno ao seu desempenho, o que leva a construção ideológica de que as mesmas são “trabalhadoras de segunda categoria”. Tais dificuldades referem-se ao fato de que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos. “(...) a maternidade é (...) o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos (...)” (BRUCHINI, 2000). Inclusive, a falta de creches é a algo que contribui bastante para aumentar o peso da maternidade sobre a mãe.

O crescimento do trabalho das mulheres casadas e mães é fruto, por um lado, da pressão econômica, como o empobrecimento da classe média e da necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, por outro lado, é resultado também de um processo de modernização e mudança cultural, observado no Brasil a partir dos anos 70 (fruto das lutas das mulheres), e junto a esse processo observa-se a expansão da escolaridade.

Segundo Anne-Marie e Daune-Richard (2003), nos últimos 30 anos as mulheres têm aproveitado mais do que os homens a “explosão escolar e universitária” que marcou esse período. Entretanto, a melhora no nível de qualificação não se traduziu por uma melhora equivalente da posição das mulheres no mercado de trabalho. Isto se explica pelo fato de o aumento da formação das mulheres ocorrer dentro dos limites do caráter sexuado das carreiras. A segmentação dos estudos e dos empregos segundo o sexo é hierarquizada, pois os empregos ditos femininos oferecem menos oportunidades de carreira e remuneração inferior. A mobilidade profissional das mulheres é bastante difícil, assim como a valorização de seus diplomas. “Três pontos de resistência à mudança parecem centrais: a técnica ainda se conjuga no masculino, assim como a autoridade, e os serviços, já bastante feminizados, concentram a maior parte dos novos empregos femininos.” (MARIE; RICHARD: 2003).

A relação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. Parcela significativa das mulheres-universitárias que entrevistamos exerce alguma atividade profissional (54% na área das Ciências Exatas e Tecnológicas; 31,40% nas Ciências da Saúde; 56,10% nas Ciências Humanas). A maioria declarou ser solteira, parda, católica e ter idade entre 21 e 25 anos.

Constatamos que essas mulheres sofrem opressão de gênero na universidade (principalmente nos cursos da área das Ciências Exatas e Tecnológicas), no trabalho, através da desvalorização como profissional, com dificuldade de ascensão a postos de chefia e recebendo salários mais baixos que os dos homens, e também na família, por meio do controle patriarcal conjugado à responsabilidade pela execução de tarefas domésticas, efetivando-se a dupla jornada de trabalho, agravada quando a estudante-trabalhadora é também mãe.

Verificamos segregação ocupacional a partir da própria diferença quantitativa da presença feminina nas áreas de conhecimento. A área das Ciências Exatas e Tecnológicas é a que tem o menor número de mulheres. As Ciências da Saúde, e principalmente as Ciências Humanas, constituem verdadeiros *locus* da concentração feminina por área de conhecimento/atividade profissional.

Segundo Bruchini, as principais mudanças na participação das mulheres no mercado de trabalho vêm ocorrendo nas ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas. Dentre tais ocupações, a autora ressalta as seguintes: a arquitetura e a odontologia (170% de aumento do percentual feminino); a medicina (137%) e o jornalismo (146%). Nas ocupações jurídicas houve o maior aumento no período pesquisado. Tais mudanças demonstram que atividades de grande prestígio estão sendo ocupadas por mulheres. Nesse processo, vale citar os cargos de gerência e chefia nas empresas, bem como de proprietárias, com um aumento da ordem de 218%. Mas, paralelamente às mudanças, os “guetos femininos” permanecem, tais como a assistência social e a enfermagem.

As mudanças mais significativas são as impulsionadas pelo aumento do nível de instrução das mulheres, possibilitando em larga medida o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no informal, e as atividades domésticas continuam sendo consideradas como inatividade econômica.

Segundo Toledo (2005), a trabalhadora brasileira recebe hoje, em média, 43% menos do que o homem. A área da nutrição é a menos igualitária. A área da engenharia mecânica, por exemplo, que tem cerca de 3,6% de mão-de-obra feminina é uma das que tem a remuneração mais igualitária, segundo Toledo.

Portanto, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento dos seus níveis de escolaridade, acompanham as desigualdades resultantes da relação dominante/dominado que marcam profundamente as relações de gênero, as quais implicam perdas não só para as mulheres, mas fundamentalmente para o conjunto da classe da trabalhadora.

A maioria das mulheres-universitárias que entrevistamos exerce atividade profissional na área de serviços e atividades de cunho relacional. Na área das Ciências Exatas e Tecnológicas há um elemento agravante, que diz respeito à diferença entre a área de conhecimento em que a mulher está se qualificando e a área de trabalho em que está inserida, pois quando não ocupam cargos que dizem respeito ao curso que fazem, elas ocupam cargos que não necessitam do nível de instrução que já alcançaram, e que estão aquém das formações às quais estão se dedicando.

Como nos cursos de Ciência da Computação e Matemática, em que encontramos balconistas, caixas de supermercado, *Office girl* e auxiliares em recursos humanos.

Combinam-se a necessidade de inserção da mulher-universitária no mercado de trabalho (motivada pelas contingências de classe), à parca presença de políticas de manutenção dos estudantes em geral na universidade (assistência estudantil, como bolsas de pesquisa, trabalho, estágios etc), e à desvalorização do mercado à formação em andamento, que no caso das mulheres, coloca-as geralmente no ramo de atividades de extensão doméstica, que estão dentre as mais mal remuneradas.

Segundo dados trazidos por Abramo, em 1990 no Brasil, metade das mulheres trabalhadoras se concentravam em seis ocupações: empregadas domésticas, balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria, costureiras, professoras do ensino fundamental e empregadas em funções administrativas. E, considerando apenas o setor formal da economia, 54% das mulheres se concentravam em treze ocupações: professoras do ensino fundamental e médio, enfermeiras, funcionárias públicas de nível universitário, auxiliar de escritório, agente administrativo, auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária, recepcionista, vendedora, trabalhadora em conservação de edifícios, cozinheira e costureira.

A forma como a mão-de-obra feminina é empregada, destina as mulheres às funções desvalorizadas. Além disso, o fato de as categorias sócio-profissionais serem sexuadas impõe limitações até à exigência de direitos que são tolhidos, pois a segregação ocupacional reserva mais à mulher do que ao homem os trabalhos precarizados, secundários, informais, com menos direitos trabalhistas, impondo salários mais baixos, menos poder de decisão, menos treinamento e menos intimidade com a tecnologia em geral.

Atrelado a isso, para se inserir no mercado de trabalho, as mulheres precisam ter maiores níveis de escolaridade do que os homens, ou seja, quanto menor o nível de instrução mais dificuldades para as mulheres do que para os homens (com o mesmo grau de escolaridade) para conseguir emprego.

Segundo dados do IBGE, Bruschini e Lombardi (2003) discutem a questão de que até a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo), há o mesmo número de estudantes por sexo, mas a partir do ensino médio (nove a onze anos de estudo) as mulheres predominam. As taxas mais elevadas de atividade são entre as mulheres com nível maior de instrução, segundo dados do IBGE. Em 1990, as mulheres eram 60% dos concluintes do nível superior, em 1997 representavam 61% (BRUCHINI; LOMBARDI; 2003).

Os dados da pesquisa realizada na UFAL sinalizaram relevante preocupação das mulheres com a profissionalização. Verificou-se, também, o exercício de dupla jornada de trabalho associada a um desempenho acadêmico prejudicado, motivado pela dificuldade de conciliação das atividades.

Através do cruzamento de variáveis, constatamos que as motivações de reprovação e trancamento de curso/disciplina referem-se principalmente a trabalho, problemas familiares, financeiros e com a saúde. Nas áreas das Ciências Exatas e Tecnológicas e das Ciências Humanas, as motivações referem-se também a filhos.

Os motivos “trabalho” e “problemas familiares”, em relação à perda/trancamento de disciplinas, são fortes indicadores de que as questões de classe e gênero estão imbricadas ao desempenho acadêmico das mulheres-universitárias.

Parcela significativa das mulheres declarou que o principal problema enfrentado na família, enquanto mulheres, é o exercício de atividades domésticas, e estas são as atividades consideradas como as menos satisfatórias pela quase totalidade das entrevistadas. O acúmulo de responsabilidade no âmbito doméstico é repudiado por conta da exclusividade feminina em seu exercício, algo percebido e criticado pelas mulheres-universitárias, trabalhadoras ou não. Assim, a dupla jornada de trabalho é enfrentada também pelas mulheres-universitárias alagoanas, dado que nos ajuda a refletir sobre quão difícil é o cotidiano feminino neste estado, bem como, no país, como demonstrado nas pesquisas que discutimos no presente trabalho.

Considerações finais

A opressão de gênero e as demais discriminações sociais têm uma determinação de classe, pois são norteadas pelo mundo do trabalho. O capital alcança um nível de extração de mais-valia ainda maior quando explora grupos sociais discriminados. Assim, a questão de classe não é uma categoria a mais para a análise da realidade, é preciso compreender sua determinação nas relações sociais em geral. A gênese da situação social das mulheres advém, portanto, da maneira “como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho”, como afirmado por Toledo (2005).

Portanto, é necessário que mulheres e homens considerem o trabalho de forma una, em sua totalidade, ou seja, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, para que analisem a realidade na perspectiva de classe e gênero das práticas cotidianas, pois a separação entre essas duas categorias é a reprodução da exploração e da opressão, como assinala Kergoat (1986).

O discurso atual que entoia uma liberdade feminina, amparando-se principalmente na “diversificação” de sua inserção no mercado de trabalho, e no aumento de sua escolarização, é um discurso que embora traga alguns dados de realidade, é fundamentalmente contraditório, pois tem como pano de fundo a ideologia burguesa/patriarcal, mantendo o gênero feminino preso à família, com argumentos que naturalizam o social.

“A ideologia chama a mulher para o mercado de trabalho porque a mão-de-obra é mais barata, menos reivindicativa, mas não pode deixar de frisar que o lugar primordial ainda é a manutenção da reprodução do tipo de família e de indivíduos que respondem à produção. (...) o que se tem na base fundante dessa problemática é um aumento da individuação feminina (fruto da luta das mulheres), tornando contraditória sua participação na sociedade. Se se comparar a mulher de hoje com a do início do século passado, a diferença é enorme. A grande maioria está sob a lógica do modo de produção capitalista e vem conseguindo obter certo status de cidadã, próprio de cada sociabilidade deste sistema. No entanto, a individuação se choca com a submissão. Por isso, o discurso tem de ser dúbio, pois deve ser um discurso que enaltece a liberdade, o trabalho, a escolarização feminina e, ao mesmo tempo, crie um efeito discursivo que não deixe as mulheres esquecerem que seu lugar primordial é a casa, que seu espaço fundante é o da família, pois,

como vimos, é dessa forma que as relações de produção ainda estabelecem as relações entre os sexos na sociedade contemporânea.” (MAGALHÃES, 2005)

De tal modo, é inevitável o debate sobre o problema da articulação entre vida familiar e profissional e, imbricado a isso, a organização social da vida cotidiana. Faz-se necessária uma análise da gênese e do processo da participação feminina no mercado de trabalho, em seu aspecto qualitativo. As lutas empreendidas pelas mulheres trouxeram o caráter outrora privado de problemas como contracepção, aborto, creches, colocando-os no devido campo público em que se encontram, sendo tratados no âmbito político/sindical. Tais lutas são passíveis de modificar o código do mundo do trabalho.

O conhecimento da realidade da situação de empregabilidade e as implicações da forma de inserção no mercado de trabalho, combinado com as tarefas que a sociedade reserva como prioritariamente femininas, constitui objetivo prioritário para que se possa propor políticas de mudanças na atuação das universidades em relação às mulheres-universitárias.

Referências

BRUCHINI, Cristina. **Gênero e Trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95)** In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ED.34, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, Magaret; HIRATA, Helena (org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma Sociologia das relações sociais — Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação**. In: BULPORT, Andrée K., et al. **O Sexo do Trabalho**. Coleção: Mulheres em Movimento, Vol.: 1. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

LUKÁCS, George. **O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997, mimeo.

MAGALHÃES, Belmira. **Uma análise da representação de gênero na literatura brasileira contemporânea**. In: Revista EXU Nº35. Fundação Casa Jorge Amado. Abril/Junho, 1997, p. 28-33.

MAGALHÃES, Belmira. **Trabalho, Gênero e Educação**. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna (org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: Edufal, 2005.

MARIE, Anne; RICHARD, Daune. **Qualificações e representações sociais**. In: MARUANI, Magaret; HIRATA, Helena (org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Editora: Instituto José Luís & Rosa Sundermann, São Paulo, 2005.